

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney

Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da
contestação

Sociologias, vol. 13, núm. 28, septiembre-diciembre, 2011, pp. 18-51

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86821166003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação^{1,2}

DOUG MCADAM*
SIDNEY TARROW**

Resumo

Por que duas literaturas cognatas – estudos eleitorais e de movimentos sociais – seguem trajetórias paralelas e pouco dialogam? E o que se pode fazer para conectá-las no futuro? Partindo de seu trabalho com Charles Tilly sobre as dinâmicas do confronto (*Dynamics of Contention*, 2001), Doug McAdam e Sydney Tarrow analisam as conexões entre movimentos sociais e eleições, propõem um conjunto articulado de vínculos entre eleições e movimentos sociais e aplicam sua abordagem a um exame preliminar das relações entre eleições, movimentos e políticas de confronto racial nos Estados Unidos.

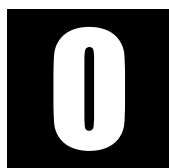
Palavras-chave: Movimentos sociais. Política do confronto. Estudos eleitorais.

1 O presente artigo retoma e aprofunda argumentos apresentados originalmente no artigo *Ballots and Barricades: On the Reciprocal Relationship between Elections and Social Movements* (McADAM; TARROW, 2010).

2 Tradução de Marcelo Otto Severo.

* Doug McAdam é Professor de Sociologia na Universidade de Stanford e foi Diretor do Centro para Estudos Avançados em Ciências do Comportamento. E-mail: mcadam@stanford.edu

*** Sidney Tarrow é Professor de Governo na cátedra Maxwell M. Upson and Professor de Sociologia na Universidade de Cornell. Foi Presidente do Departamento de Política Comparativa da Associação Americana de Ciência Política e do Grupo de Discussão sobre Política Italiana. E-mail: sgt2@cornell.edu.



O estudo da política tem sido marcado por uma forte divisão disciplinar. Há quarenta anos, o estudo das instituições políticas formais era visto como um campo da ciência política, ao passo que o estudo dos movimentos sociais cabia aos psicólogos ou “psicólogos sociais cujas ferramentas intelectuais os preparariam para compreender melhor o irracional” (Gamson, 1990, p. 133). Os movimentos eram vistos como uma forma de “comportamento coletivo”; uma categoria de formas de comportamento – na qual se incluem as tendências, manias, pânicos e multidões – que definiu o que era inusitado, exótico e irracional na vida social. Em suma, os movimentos não eram vistos como uma forma de política.

Tudo isso mudou com a turbulência dos anos 1960. Uma nova geração de intelectuais, ou envolvidos ou simpáticos aos movimentos progressistas do período, rejeitou a teoria do comportamento coletivo em favor de novas perspectivas sobre os movimentos, que enfatizavam suas dimensões políticas e organizacionais. Entre essas teorias, as mais explicitamente políticas foram: o modelo de “processo político”, na sociologia (McAdam, 1999 [1982]; Tilly, 1978); e o estudo paralelo sobre protesto, na ciência política (Lipsky, 1968; Piven e Cloward, 1977; Tarrow, 1983).

Mas a figura chave, cujo trabalho vinculou política institucional e política dos movimentos desde o início, foi Charles Tilly. Desde sua tese de doutorado, *The Vendée* (1964), passando por suas obras mais importantes no Reino Unido (1994) e na França (1986), até o ápice de sua carreira, com *Contentious Performances* (2008), Tilly rejeitou a estreita divisão das especialidades acadêmicas em favor de um conceito muito mais amplo, a que chamou de “política contestória”. Em seu último livro, Tilly combinou a abordagem narrativa com a estatística, que já utilizava em trabalhos anteriores, e explicou sua abordagem da ação coletiva, sua ênfase, e como acredita que se deve proceder a fim de produzir uma boa pesquisa.

No centro da sua perspectiva encontra-se a afirmação de que os movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos; de que para entender o fluxo e refluxo dos movimentos, estes precisam ser vistos, pelo menos em parte, como um produto de mudanças em sistemas de política institucionalizada; e de que o inverso também é verdadeiro: mudanças na política institucionalizada muitas vezes resultam de movimentos, um ponto que – junto com Tilly – já discutimos em outro trabalho (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001), e que ele desenvolveu em sua obra *Regimes and Repertoires* (2006).

Tilly não foi o único a rejeitar o insulamento dos movimentos sociais em relação à política contestatória em geral. Na Europa, Hanspeter Kriesi, com seus alunos (1995) ou por conta própria (2004), afirmou que as fronteiras entre as formas de mobilização popular – transgressiva e moderada – são fluidas e permeáveis. Mas, por mais influente que tenha sido o trabalho de Kriesi, ele não avança tanto quanto gostaríamos. Em boa parte de sua obra que trata dos movimentos sociais, a ênfase está *naqueles que se mobilizam*. Em resumo, sob seu ponto de vista, o campo está centrado nos movimentos. Isso está em completo desacordo não só com a tradição “social estrutural” de onde provêm muitos dos estudiosos dos movimentos, mas também com a visão central dos teóricos do processo político, de que a contestação é conformada por uma grande diversidade de atores: estatais (muitas vezes em desacordo entre si); meios de comunicação; grupos contramovimento; público espectador; governos estrangeiros; e, claro, partidos políticos e eleições.

Ao considerar eleições e movimentos como formas mutuamente constitutivas da política, este artigo pretende: (a) reafirmar o valor analítico da perspectiva dinâmica e interativa na política, esforço no qual Tilly foi pioneiro; e, ao mesmo tempo, (b) ir além de Tilly, propondo uma nova estrutura de análise para o *confronto eleitoral*. Começamos com

uma breve exposição da profunda “divisão de trabalho” disciplinar que caracteriza o estudo dos movimentos sociais e o das eleições. A seguir, apresentamos quatro possíveis formas de ligação entre movimentos sociais e eleições; e concluímos com um único exemplo, minuciosamente detalhado – o confronto político em relação à raça nos Estados Unidos – para ilustrar nossa perspectiva sobre o “confronto eleitoral”.

I. Movimentos sem Eleições/Eleições sem Movimentos

Com algumas exceções, principalmente focadas na Europa ocidental (della Porta, 1995; Kitschelt, 1986; Koopmans, 1992; Kriesi, 2004; Kriesi *et al.*, 1995), é surpreendente a falta de interesse, por parte daqueles que estudam os movimentos sociais, para com as ligações entre os movimentos e a política eleitoral. O índice remissivo do *The Blackwell Companion to Social Movements*, possivelmente a fonte contemporânea decisiva sobre o assunto, conta com referência a duas páginas para o termo “eleições”. “Religião”, em contraste, tem 21 referências; “emoção” tem 32; e, mesmo, “comunismo” tem 15 (Snow *et al.*, 2004, p. 717-54). O texto mais “político” no livro, um artigo de Hanspeter Kriesi sobre “contexto político e oportunidade”, menciona os sistemas eleitorais uma única vez (p. 71).

Para sermos justos, as eleições têm destaque em uma série de relatos empíricos de movimentos *específicos* ou episódios de contestação. Isso é especialmente verdade em trabalhos sobre democratização. Mark Beissinger, por exemplo, em seus artigos sobre o colapso da antiga União Soviética (2002) e as “revoluções coloridas” de 2000-2005 (2007), apresenta eleições e movimentos de oposição democrática como indissociáveis. No primeiro caso, ele mostra que a atividade dos movimentos aumentou drasticamente em dez nações dentro da URSS, como resultado das eleições de março de 1989 para o Congresso dos Deputados do Povo (p.

98). No segundo caso, foram as eleições contestadas que se constituíram no pivô da ação dos movimentos. Em ambos os casos, os movimentos de oposição adiantaram-se às eleições e aproveitaram o descontentamento popular em relação ao que era visto como fraude eleitoral generalizada para alimentar uma mobilização reativa que veio a derrubar os regimes na Ucrânia, Geórgia e Quirguistão.

Tampouco são esses os únicos exemplos que encontramos de ligação entre eleições e mobilização de movimentos durante episódios de democratização. As eleições aparecem com proeminência na análise de outros casos, como nos da antiga Checoslováquia, em 1989 (Glenn, 2001), da Espanha, em 1976 (Pérez Díaz, 1993), e das Filipinas, em 1986 (Boudreau, 2002; McAdam, Tarrow e Tilly, 2001: cap. 4). Os distúrbios no Irã, que se seguiram à eleição presidencial de 2009, são apenas o exemplo mais recente do que se tornou um fenômeno muito comum.

Mas, se por um lado a literatura empírica acerca dos movimentos está repleta de casos que trazem a inequívoca marca causal das eleições e/ou política eleitoral, os estudiosos dos movimentos sociais, por sua vez, têm se mostrado lentos em reconhecer o *significado teórico geral* das eleições *enquanto* eleições em seu trabalho sobre a dinâmica dos movimentos. Foram poucos os pesquisadores que identificaram explicitamente as eleições *per se* como uma fonte de oportunidades (ou ameaças) políticas significativas para grupos de movimentos (para exemplos, ver Boudreau, 2002; Bunce e Wolchik, 2006, 2010, 2011; Imig, 1998; Van Dyke, 2003). Talvez mais revelador ainda seja o fato de que as formulações iniciais da perspectiva do processo político não fazem qualquer menção às eleições como um catalisador importante da atividade dos movimentos (McAdam, 1982 [1999]; Tarrow, 1983; Tilly, 1978). Essa é uma omissão que precisa ser sanada.

Se as eleições são desconsideradas no estudo dos movimentos sociais, também o inverso é verdadeiro. São poucos os analistas políticos que abordam a presença ou a ausência de movimentos sociais – ou mes-

mo de grupos de interesse – nas eleições. O índice remissivo do *Oxford Handbook of Comparative Politics* possui entradas para eleições e sistemas eleitorais, mas em nenhum desses títulos podemos encontrar referências cruzadas para movimentos sociais (2007: 979-80). Nem mesmo o artigo sobre “Eleitores e Partidos”, nesse mesmo compêndio, faz referência aos movimentos sociais (p. 555-581). O índice do *The New Handbook of Political Science* também não apresenta referências cruzadas entre eleições e movimentos sociais (1998, p. 808). Dos analistas eleitorais representados nesse volume, somente Russell Dalton menciona os movimentos sociais (p. 336-71; ver também Dalton, 2005). Dois outros volumes de referência sobre política – o *Handbook of Political Sociology*, editado por Janoski et al. (2005); e o *Handbook of Politics*, de Leicht e Jenkins (2010) – admitem que existe uma ligação entre movimentos e eleições – cada um traz pelo menos um capítulo sobre o tema – mas essas exceções só servem para destacar a negligência geral para com o tópico. Apesar de toda a evidência empírica de uma conexão entre elas, movimentos e eleições ainda são áreas de pesquisa separadas, na sociologia e na ciência política, respectivamente.

Qual a razão para essa falta de atenção aos movimentos sociais nos estudos eleitorais? Em primeiro lugar, para reiterar um ponto já mencionado neste trabalho, o foco da ciência política sempre esteve diretamente voltado para as instituições políticas e a política institucional, e isso se aplica tanto ao “novo” quanto ao “velho” institucionalismo. Segundo, desde os anos 1960, os analistas políticos abandonaram o exame minucioso das redes sociais nas quais as decisões eleitorais são tomadas, e voltaram-se para as dimensões cognitivas da escolha eleitoral (Pappi, 1998). Essas duas práticas estão em acordo com a influência, cada vez maior, do individualismo metodológico na ciência política, o que deixa pouco espaço para o foco na dinâmica coletiva e nos processos de influência de redes da teoria de movimento social.

II. Relações recíprocas entre Movimentos e Eleições

Até aqui, documentamos a indiferença recíproca entre os estudiosos de movimentos sociais e aqueles que estudam as eleições; o que é impressionante, se levarmos em consideração a forma como os movimentos e as eleições influenciam-se mutuamente. Ainda que a tendência na academia seja a de associar movimentos com “formas não-institucionais de política”, a realidade está em desacordo com essa generalização. É verdade que os movimentos muitas vezes empregam formas de ação não-rotineiras; mas, nas sociedades democráticas, a grande maioria dos movimentos confia mais em táticas institucionalizadas do que não-institucionalizadas, devotando enormes esforços, por exemplo, em atividades educacionais e de propaganda, trabalho organizacional, eleições e lobismo. Considere o exemplo a ser examinado em detalhe abaixo: o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, sempre lembrado pela política de rua – não-violenta – da década de 1960, mas cujas origens modernas podem ser encontradas na política eleitoral e judicial da década anterior (McAdam, 1999 [1982]).

Nesta seção, oferecemos uma estrutura sistemática para a análise daquilo que poderíamos chamar de “confronto eleitoral”. Por confronto eleitoral, entendemos o *conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e o resultado das eleições*. Podemos distinguir cinco processos nesse sentido: eleições como uma tática do movimento, mobilização eleitoral pró-ativa e reativa por grupos de movimento, impacto a longo prazo de mudanças em “regimes eleitorais” sobre padrões de mobilização e desmobilização dos movimentos sociais, e aquilo a que chamamos de “polarização partidária induzida por movimentos”.

A. Táticas de Movimento: a opção eleitoral

Conforme observado anteriormente, os movimentos são vistos como uma forma de ação – às vezes disruptiva – não-institucionalizada. Nessa visão, os movimentos são uma alternativa não-institucionalizada às eleições e às outras formas de política institucional. Mas as táticas e estratégias empregadas pelos grupos de movimento frequentemente incluem a “opção eleitoral”. Em casos extremos, podemos até falar em *regimes de movimentos*; ou seja, movimentos que chegaram ao poder através de eleições. Por razões óbvias, a Alemanha nazista e a Itália fascista não são exemplos que os estudiosos de movimentos sociais gostem de lembrar, mas ambos chegaram ao poder por meios eleitorais e parlamentares (Linz e Stepan, 1978). Dependendo do quanto for ampla, ou estreita, a definição de movimento, exemplos contemporâneos de “estados de movimento” democraticamente eleitos podem incluir os governos da Coreia do Sul, Taiwan, Irã, África do Sul, Venezuela e Bolívia, entre outros.

Além dos estados de movimento bem-desenvolvidos, partidos políticos com raízes em movimentos sociais podem exercer uma influência considerável na política interna. Isso é especialmente verdade em um sistema político com base na representação proporcional; ou seja, em um sistema multipartidário, no qual nenhum partido detém a maioria das cadeiras legislativas, mesmo um partido pequeno tem a sua importância, como um possível parceiro em um governo de coalizão. Em um sistema como esse, a opção eleitoral pode ser muito atraente para os grupos de movimentos. Foi assim que os Verdes conquistaram a proeminência política na Alemanha e, por extensão, na Europa.

À primeira vista, o sistema americano, no qual o vencedor fica com tudo, não parece propício à mobilização eleitoral por movimentos sociais. Uma vez que os movimentos são vistos como estritamente ideológicos e com perspectivas extremistas, sua capacidade para mobilizar o tipo de apoio – amplo, e de centro – que o sistema americano recompensa não

parece ser muito boa. Como seria de esperar, os Estados Unidos só viram dois regimes de movimento autênticos: a vitória de Lincoln em 1860, impulsionada pelo abolicionismo; e o governo revolucionário estabelecido na Filadélfia em 04 de julho de 1776. Por outro lado, não há escassez de partidos independentes de “movimentos” na história dos EUA, muitos dos quais têm desempenhado um papel importante nas eleições presidenciais (a candidatura de Ralph Nader, por exemplo, impediu o acesso de Al Gore à Casa Branca, em 2000); ou redefinido os contornos e a lógica da política eleitoral através do que Burnham (1970), muito tempo atrás, denominou de “eleições críticas. O desempenho surpreendente de George Wallace na disputa presidencial de 1968 contribuiu para fazer desta uma eleição particularmente importante, encerrando 36 anos de dominação liberal-democrata e inaugurando um período de domínio republicano que só chegou ao fim com a eleição de Obama, em 2008. Ainda assim, os movimentos nos EUA têm mais oportunidades de influenciar os resultados eleitorais na esfera subnacional. O sistema americano é tão descentralizado que oferece aos ativistas muito mais oportunidades eleitorais do que se poderia esperar. Os grupos de movimentos podem, em particular, disputar eleições nas quais, em virtude da baixa afluência às urnas, uma minoria mobilizada pode exercer uma influência desproporcional.

Nesse sentido, duas categorias específicas de eleições vêm à mente. A primeira é a das eleições primárias, em contraposição às eleições gerais. A segunda é a das disputas eleitorais que são decididas por uma pequena porcentagem do total de eleitores, o que inclui conselhos escolares, câmaras municipais, e outras eleições locais. Para muitos movimentos, esses cargos “menores” são perfeitamente adequados aos seus objetivos. Amy Binder (2002) destaca, por exemplo, o uso exitoso das eleições de conselhos escolares por parte de grupos criacionistas* com o intuito de reformular a educação científica na escola.

* N.T.: O movimento criacionista, de orientação católica, é expressivo nos EUA, representado por inúmeras associações, boa parte delas voltadas à juventude. O criacionismo é uma doutrina

E as opções eleitorais abertas aos movimentos sociais não se esgotam com a busca por cargos. Nos Estados Unidos, hoje, os ativistas provavelmente dependem tanto de proposições, referendos ou outras medidas eleitorais para impor suas reivindicações quanto do recrutamento ou do apoio a candidatos a cargos públicos. O movimento contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, tem se apoiado na proposição de referendos para derrubar ou vetar leis que legalizariam essas uniões.

B. Mobilização eleitoral proativa

A mobilização eleitoral proativa ocorre quando grupos de movimentos tornam-se mais ativos no contexto de uma campanha eleitoral. Esse é um dos dois processos que Blee e Currier (2006) documentam em seu estudo etnográfico inovador sobre o comportamento dos grupos de movimentos sociais (*social movement groups* – SMCs) em Pittsburgh, durante a campanha para a eleição presidencial de 2004. Aqueles grupos que viram na eleição ou uma “ameaça” ou uma “oportunidade” para avançar seus interesses aumentaram seus níveis de atividade. Aqueles que, por outro lado, consideraram a eleição como sendo irrelevante para a sua identidade e missão como grupos progressistas de base permaneceram inativos durante a campanha. Um estudo de Sarah Sobieraj (no prelo) sobre os esforços dos ativistas que queriam usar a Convenção Republicana de 2000 para levar a sua “mensagem” a um público maior oferece outro fascinante exemplo de “mobilização proativa” em ação.

Mas o melhor exemplo desse mecanismo eleitoral particular é, com certeza, o movimento *Tea Party*, nos Estados Unidos. Com o apoio de personalidades influentes da televisão e do rádio, bem como de políticos

na que rejeita a teoria evolucionista. Baseia-se no Gênesis bíblico e concebe o mundo e todos os seres que o habitam como criação de Deus a partir do nada; todos os seres vivos teriam sido criados de forma independente e se mantêm biologicamente imutáveis.

do alto escalão (Sarah Palin, por exemplo), o movimento foi em grande medida o responsável pela derrota do Partido Democrata nas eleições de 2010. E o movimento não mostra sinais de declínio, com o país a caminho da disputa presidencial de 2012. De fato, pode até lançar candidato próprio na eleição, se optar por passar de “mobilização eleitoral proativa” para “opção eleitoral”, mais formal.

C. Mobilização eleitoral reativa

A mobilização eleitoral reativa envolve uma escalada de protestos na sequência de uma eleição contestada. Embora não seja desconhecido em democracias – basta lembrar dos protestos na Flórida, em 2000, por causa dos resultados da eleição presidencial disputada por Bush e Gore – esse processo, como vimos, é muito mais comum em países não-democráticos, onde a intimidação de eleitores e a fraude eleitoral são mais difundidas. De fato, as eleições contestadas tornaram-se um dos catalisadores mais comuns para os movimentos de protesto em Estados não-democráticos. Foram os protestos maciços, depois de uma eleição contestada, que finalmente derrubaram Milošević, em 2000, na Sérvia. Em 2008, o Zimbábue mergulhou em outro episódio, curto, de disputa violenta, quando o ditador Robert Mugabe foi acusado de impedir a ascensão ao poder por parte do candidato da oposição.

Acima, apresentamos outros três casos de mobilização reativa: os protestos de rua e a greve geral que derrubaram Marcos nas Filipinas, em fevereiro de 1987; as manifestações desencadeadas pela eleição presidencial contestada de 2009, no Irã; e as “revoluções coloridas” que derrubaram os regimes autoritários da Ucrânia, Geórgia e Quirguistão. De fato, as eleições foram tão importantes para as revoluções coloridas que passaram a ser vistas pelos líderes da oposição como o eixo estratégico nos episódios de contestação que eles mesmos pretendiam orquestrar

(Beissinger, 2007). Ou seja, os ativistas da democracia sincronizaram seus esforços de forma a coincidir com as eleições regulares. A sugestão importante aqui é que uma mobilização reativa bem sucedida, portanto, depende de pelo menos algum nível de mobilização proativa.

D. Regimes eleitorais e a trajetória de longo prazo das tendências de movimentos

Todas as conexões anteriores envolvem uma combinação temporal da atividade de movimento com um momento antes ou depois de uma eleição programada. Mas a nossa quarta conexão causal entre eleições e movimentos se desenrola em um período de tempo muito mais longo: os processos graduais de mobilização e desmobilização desencadeados por mudanças duradouras nas tendências eleitorais. O que queremos dizer com “mudanças duradouras nas tendências eleitorais”? Considere a história da política presidencial nos Estados Unidos durante o século 20: a tendência é pensar na Casa Branca como um objeto de intensa disputa entre os dois partidos, a cada quatro anos. E a quantidade de tempo, dinheiro, energia e palavrado gastos em campanhas reforçam essa idéia. Mas, pelo prisma histórico, percebemos que a situação não é tão competitiva quanto a visão popular nos quer fazer crer. Todas as presidências do século 20 podem ser agrupadas em três regimes eleitorais, geralmente estáveis:

1900-1932 – Domínio republicano. Somente o democrata Woodrow Wilson (1913-1921) interrompe uma seqüência de seis presidentes republicanos.

1932-1968 – Domínio democrata. Dos cinco presidentes que serviram durante o período, somente Dwight Eisenhower (1952-1960) é republicano.

1968-2008 – Os republicanos voltam a dominar, ocupando a Casa Branca por 28 dos 40 anos do período.

O que isso tem a ver com a atividade dos movimentos sociais? Resposta: tudo. O início e a consolidação de um regime eleitoral duradouro condicionam as perspectivas para uma mobilização bem sucedida de todos os grupos na sociedade. Isso é verdade por razões tanto substantivas quanto psicológicas: substantivas porque aqueles com quem o partido no poder tem dívidas eleitorais podem esperar ter mais acesso institucional e receptividade do que os grupos da oposição, o que incentiva a mobilização; e psicológicas, porque estar à margem da política tende a desmoralizar e, eventualmente, levar à desmobilização.

Deveríamos, então, surpreender-nos com o fato de que o período de domínio democrata, em meados do século, foi marcado pela ascensão do movimento operário, pelo apoio popular aos socialistas e outros grupos de esquerda, pela ascensão do movimento dos direitos civis e, mais tarde, pelo florescimento do ciclo de protestos da Nova Esquerda? E seria uma coincidência o fato de que os anos Reagan assistiram à ascensão da direita cristã, à efervescência (ainda que breve) do movimento de milícias, de um forte movimento pró-vida, e de um crescente sentimento anti-imigração? Essa ascensão e queda na trajetória dos movimentos, relacionada ao alinhamento eleitoral, é exatamente o que a perspectiva do processo político poderia prever.³ A tendência é a de que os movimentos progressistas de esquerda floresçam durante os períodos de política institucional liberal, ao passo que os de direita prosperem quando os conservadores detêm o poder institucional. São as eleições, como símbolo e veículo dessas transições institucionais, que dão forma a essa oscilação de longo prazo da mobilização popular.

3 Claro que há exceções a essas tendências gerais. O Macarthismo ocorreu durante o período de domínio liberal democrata. E, como observa Debbie Gould (2010), o grupo ACT-UP (AIDS Coalition to Unleash Power) floresceu no auge dos anos Reagan. Intelectuais europeus têm observado uma relação inversa entre a eleição de governos de esquerda e o destino dos movimentos progressistas. Ver, por exemplo, Kriesi et al, 1995.

E. Polarização partidária induzida por movimentos

Os movimentos que chegam ao poder através de eleições normalmente o fazem depois de fundar um partido político com base no movimento. Mas a influência que movimentos exercem sobre os partidos não para por aí. O último elo entre os movimentos e a política eleitoral vem da influência dos movimentos sobre o caráter ideológico e a unidade dos partidos políticos. Pode-se observar, por exemplo, uma influência cada vez maior dos movimentos sociais sobre o sistema partidário americano nesses últimos 40 anos, tornando-o muito menos “pragmático” do aquele descrito e elogiado por nossos predecessores, e muito mais parecido com os sistemas “ideológicos” da Europa, que eles tanto desprezavam. Em um artigo relacionado (McAdam e Tarrow, 2010), que toma por base os trabalhos de uma série de colegas norte-americanos (Woerle *et al*, 2009; Heaney e Rojas, 2007), descrevemos essa dinâmica com relação à influência do movimento antiguerra sobre o sistema partidário americano nos anos que se seguiram ao 11 setembro de 2001. Neste artigo, discutimos uma dinâmica recorrente, em evidência nos EUA nos últimos 40 anos.

Essa dinâmica pode ser descrita com bastante facilidade. Na última seção, observamos que, além dos efeitos a curto prazo sobre os movimentos, as eleições estimulam constantes oscilações na mobilização/desmobilização dos mesmos, concedendo acesso institucional e base ideológica a alguns e negando a outros. Em suma, pode-se esperar que os movimentos aliados àqueles que chegaram ao poder mobilizem-se para tirar vantagem desse acesso/base, ao passo que os “perdedores”, depois de um período de mobilização reativa, tendem a se desanimar e, gradualmente, desmobilizar.

À primeira vista, a mobilização reativa da “ala” de movimento de um partido vencedor pareceria positiva àqueles recém-chegados ao poder. E, se for bem conduzido, o apoio de um movimento mobilizado pode ser bastante útil a um partido no poder. Mas há uma tensão inerente entre a

lógica do movimento e a da política eleitoral que, às vezes, compromete a capacidade do partido de manter o poder. A política eleitoral segue uma lógica centrista, de coalizão. Como Downs (1957) já defendia há mais de meio século, os partidos nos Estados Unidos dependem de um corte central e do apelo a um “eleitor médio” idealizado. Sob esse ponto de vista, opiniões extremistas e questões pontuais são contrárias ao sucesso eleitoral. Os movimentos, por outro lado, tendem a uma visão estreita, às vezes extremista, e a um firme compromisso com as questões pontuais. A ameaça aqui é tanto óbvia quanto irônica. Quando um partido chega ao poder e incentiva a mobilização reativa de sua “ala” de movimento, corre o risco de provocar uma competição interna no partido, capaz de corroer a postura centrista que lhe proporcionou a vitória. Ao ver o partido como um veículo para alcançar os objetivos do movimento, os ativistas passam a desafiar os membros pragmáticos do mesmo pelo controle da organização. O sucesso desse esforço, no entanto, pode afastar o partido do centro, provocando a deserção dos eleitores moderados, que passam a ver o partido como muito radical em suas opiniões.

Foi o que aconteceu com o Partido Democrata em 1972, e com os republicanos 20 anos depois. No primeiro caso, a Revolução McGovern e as reformas processuais associadas proporcionaram aos remanescentes da Nova Esquerda exercer considerável controle sobre a convenção e a campanha democrata de 1972. O eleitorado americano reagiu previsivelmente, reelegendo Richard Nixon com uma das margens mais desproporcionais da história presidencial dos EUA. No segundo caso, a mobilização da direita, após a vitória de Reagan em 1980, serviu ao Partido Republicano, no início. Mas, quando da sua convenção em Houston, em 1992, o poder e a influência da Direita Cristã e das forças pró-vida havia crescido tanto, dentro do Partido Republicano, que os eleitores moderados rejeitaram George Bush pai, em exercício, em favor da candidatura mais centrista de Bill

Clinton. A tensão entre a lógica de uma estratégia eleitoral centrada e outra mais extrema, ideologicamente influenciada por movimentos sociais, está mais uma vez em evidência nos Estados Unidos, cortesia do movimento *Tea Party*. Será fascinante ver como o Partido Republicano vai tentar gerir essas tensões durante a campanha para a eleição presidencial de 2012.

III. Eleições, Movimentos e Políticas de Conflito Racial

Até aqui, tratamos da literatura sobre eleições e movimentos em separado, documentando sua indiferença mútua e defendendo a afirmação de que os movimentos definem as eleições e vice-versa. Passamos agora a um exemplo empírico, concebido para integrar melhor e ilustrar a perspectiva sobre “confronto eleitoral” que desenvolvemos nas seções anteriores. O exemplo se refere ao conflito racial nos Estados Unidos, conforme observado em seis “momentos” chave na história do conflito em curso.

A. Do Abolicionismo ao Partido Republicano: a escolha da Opção Eleitoral

Nos Estados Unidos, o Partido Republicano (o partido de Ronald Reagan e George W. Bush) hoje é visto como um bastião do conservadorismo político e social; mas vale lembrar que ele nasceu como um dos dois únicos *regimes de movimento* da história da nação. E que o movimento que deu origem ao Partido, o abolicionismo, está entre os mais radicais da história americana. De fato, muitos nas fileiras antiescravidão rejeitavam a *opção eleitoral* – por não ser radical o bastante – quando a corrente mais moderada do movimento ajudou a fundar o Partido, em 1854. Isso quando quase todos – especialmente os democratas sulistas – pensavam nos republicanos como um bando de fanáticos moralistas que pretendia impor seus valores ao resto do país (Klinkner e Smith, 1999, cap. 2).

Partindo dessa perspectiva, não deveria nos surpreender o fato de que a eleição de Abraham Lincoln, em 1860, desencadeou o maior exemplo de *mobilização reativa* da história dos EUA. Estamos nos referindo, é claro, à mobilização separatista dos estados do sul, que levou à fundação de um outro *regime de movimento*, o dos Estados Confederados da América. Esse primeiro “momento”, então, apresenta características de duas das quatro conexões descritas acima. A escolha da *opção eleitoral*, por parte dos abolicionistas moderados, possibilitou a criação de um *regime de movimento* republicano; o qual, por sua vez, desencadeou a *mobilização reativa* dos separatistas do sul e levou à fundação de um *regime de movimento* rival. Será que as eleições e os movimentos – para não falar das perspectivas de justiça racial nos Estados Unidos – já estiveram, alguma vez, tão ligados quanto nesse exemplo?⁴

B. 1876: o fim do Regime de Movimento

Com o fim da Guerra Civil, os republicanos abolicionistas, no controle do governo federal, estavam livres para impor uma Reconstrução radical sobre os Estados Confederados. Tropas federais foram enviadas ao sul para garantir os novos direitos sociais, econômicos e políticos concedidos aos ex-escravos. Mas a Reconstrução e a promoção dos direitos civis duraram apenas 11 anos. E, mais uma vez, a história foi decidida em uma “eleição crítica” – a eleição contestada de 1876 (Klinkner e Smith, cap. 3).

Nessa eleição, o candidato democrata Samuel Tilden conquistou o voto popular, mas não conseguiu votos suficientes no colégio eleitoral para vencer seu adversário, o republicano Rutherford Hayes. Para resolver o impasse da eleição, os republicanos concordaram em relaxar os esforços de Reconstrução federal em troca de apoio para Hayes nos estados

⁴ A intersecção movimento/eleição que antecede a Guerra Civil encontra-se melhor desenvolvida em McAdam et al. *Dynamics of Contention*, cap. 6.

do sul. O efeito prático imediato desse acordo foi a retirada das tropas federais que se encontravam no sul. No longo prazo, no entanto, o acordo fez com que, mais uma vez, a “questão dos negros” fosse relegada à competência regional, fora da alçada federal. Para empregar conceitos apresentados neste trabalho, o fim da Reconstrução encerrou o *regime de movimento* republicano e inaugurou um *regime eleitoral* que viria a incentivar a mobilização da Ku Klux Klan e de outros grupos de supremacia branca, bem como a efetiva desmobilização do republicanismo radical (Klinkner e Smith, cap. 3).

C. 1932: o início do *Regime Eleitoral New Deal*

Se o acordo de 1876 banuiu a questão racial da política federal, a ascensão de Franklin Delano Roosevelt à Casa Branca, em 1932, marcou o início de um processo que levou a questão, gradualmente, de volta à proeminência nacional. A eleição, que fique bem claro, pouco ou nada teve a ver com a questão racial, mas sim com a economia. Dito isso, a vitória de Roosevelt, as políticas que implantou, e o simbolismo associado à sua administração trariam grandes implicações para o movimento dos direitos civis, quando do seu surgimento, e para a política racial como um todo. Isso talvez não estivesse claro em 1933, mas a segregação estava com os dias contados. Entre as consequências das mudanças que se seguiram à eleição de FDR estão:

- A transformação do Partido Democrata. Roosevelt adotou políticas pró-trabalho e deu voz aos líderes trabalhistas no partido e nos círculos políticos. Com isso, expandiu a corrente trabalhista liberal do partido no norte, minando o poder dos *Dixiecrats* (os democratas segregacionistas do sul) no processo.
- A transferência dos eleitores negros do Partido Republicano para o Democrata. Nos Estados Unidos, os eleitores afro-americanos são hoje considerados os democratas mais leais. Mas o chamado “voto negro”

costumava ser o componente mais garantido da coalizão republicana. O motivo: lealdade ao partido de Lincoln e oposição a um Partido Democrata dominado pelo sul. Mesmo em 1932, os negros votaram no republicano em exercício, o desprezado Herbert Hoover, bem mais do que em Roosevelt. Mas as políticas do *New Deal* de Roosevelt mudaram tudo isso e, em 1936, os eleitores negros votaram maciçamente em FDR. O ingresso dos afro-americanos na coluna democrata fortaleceu a corrente trabalhista liberal do partido no norte, reduzindo ainda mais o poder dos *Dixiecrats*.

► O realinhamento da Suprema Corte: Roosevelt passou boa parte de seu primeiro mandato, e ainda uma parte do segundo, lutando contra um tribunal que vetou programas chave do *New Deal*. No final, o presidente simplesmente sobreviveu aos velhos conservadores da Suprema Corte, e transformou a Corte preenchendo as vagas com juristas liberais (Shesol, 2009).

Consistentes com o argumento desenvolvido acima, as mudanças específicas aqui documentadas ajudaram a solidificar o *regime eleitoral* do *New Deal*, e incentivaram a mobilização das forças dos direitos civis e a desmobilização dos segregacionistas. Foi assim que, encorajada pelo crescente liberalismo da Suprema Corte, a principal organização dos direitos civis de então – a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (*National Association for the Advancement of Colored People* – NAACP) – lançou sua campanha legal para derrubar a doutrina “separados, mas iguais”. Esse período viu também um aumento acentuado no número de membros da NAACP e de outras organizações de direitos civis (Anglin, 1949; McAdam, 1999 [1982], p. 103-04). Os supremacistas brancos, por outro lado, frente a uma administração antagônica, desmobilizaram-se durante o mandato de Roosevelt. De sua posição de destaque no cenário nacional, em meados da década de 1920, a Ku Klux Klan caiu vertiginosamente durante a Era Progressista dos anos 1930, e estava praticamente moribunda às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

D. 1948: a *Revolta dos Dixiecrats*

Apesar de toda a importância da administração Roosevelt, é importante ressaltar que ele mesmo manteve-se em silêncio no que diz respeito à questão racial durante seus quatro mandatos na presidência, ao ponto de recusar-se a aprovar leis antilinchamento, quando essas propostas foram apresentadas ao Congresso. Em contraste, quase que imediatamente após tomar posse, Harry Truman, o sucessor de Roosevelt, tornou-se o primeiro presidente desde a Reconstrução a admitir publicamente a necessidade de uma reforma dos direitos civis. Foi o que fez, primeiro em 1946, quando criou um Comitê Nacional dos Direitos Civis, encarregado de investigar o estado dos direitos civis no país e “remediar as deficiências descobertas”. Dois anos depois, Truman emitiu dois decretos-chave: o primeiro estabelecia um quadro de empregos mais justo para os servidores públicos; e o segundo requeria a dessegregação gradual das forças armadas.

O que levou Truman a agir se Roosevelt não o fez? A chave do mistério não se encontra na política interna, mas na pressão exercida sobre os Estados Unidos com o início da Guerra Fria. Presos em uma intensa luta político-ideológica com a União Soviética, para influenciar todo o globo, os EUA logo perceberam que o racismo seria prejudicial aos objetivos da sua política externa. O corpo diplomático e o Departamento de Estado foram os primeiros a exigir reformas nos direitos civis, para impedir a propaganda soviética de explorar o racismo americano (Dudziak, 2000; Layton, 2001; McAdam, 1999 [1982]). Em suma, a Guerra Fria tornou insustentável a cumplicidade federal com o sistema sulista de segregação racial, forçando Truman a agir.

Aparentemente, as considerações políticas internas tiveram pouca ou nenhuma importância para a “violação” de Truman da antiga política federal de “tolerância” em relação à questão racial. De fato, o status de Truman como presidente não eleito tornava-o particularmente vulnerável ante os

rivais ao disputar as eleições de 1948. Além disso, com a maioria dos eleitores negros votando nos democratas, Truman tinha pouco a ganhar e tudo a perder ao alienar a ala sulista de seu partido, de tendência segregacionista. E foi exatamente isso o que ele fez quando defendeu os direitos civis. Irritados com apoio proativo de Truman aos direitos civis, os segregacionistas escolheram a opção eleitoral e lançaram seu próprio candidato à presidência, Strom Thurmond. No final, Truman confundiu as pesquisas eleitorais e sobreviveu à revolta *Dixiecrat*, mas o efeito de suas ações foi colocar dois dos elementos-chave da coalizão democrata – o movimento dos direitos civis e os supremacistas brancos – em rota de colisão um com o outro, com o Partido Democrata e com o Estado Americano.

E. 1964: Freedom Summer como um Exemplo de Mobilização Proativa

O auge do movimento pelos direitos civis foi no início dos anos 1960, quando dois democratas liberais – John F. Kennedy e Lyndon Johnson – ocuparam a Casa Branca. Dados do período mostram que o otimismo na comunidade negra, com relação às perspectivas de uma mudança racial significativa, foi maior do que em qualquer outro momento, antes ou depois (McAdam, 1999 [1982], p. 161-63). Tudo isso contribuiu para uma expansão significativa no ativismo negro, conforme aumentavam as fileiras de organizações de direitos civis e os casos de ações coletivas (McAdam, 1999 [1982]).

A ideia de que Kennedy e Johnson eram simpáticos ao movimento foi fundamental para a dinâmica estratégica que impulsionou as principais campanhas pelos direitos civis durante o período. “Sem contar com poder suficiente para derrotar os supremacistas em um confronto local, os ativistas [dos direitos civis] ampliaram o conflito, induzindo seus oponentes a perturbar a ordem pública até o ponto em que uma intervenção federal tornou-se necessária” (McAdam, 1999 [1982], p. 174). Mas, por

mais funcional que essa dinâmica tenha sido para as forças dos direitos civis, foi um pesadelo estratégico para os presidentes democratas, que pretendiam acalmar os *Dixiecrats*, enquanto tentavam acomodar o movimento. Sensíveis a esse dilema estratégico, os principais líderes dos direitos civis concordaram com uma moratória sobre a ação direta antes da eleição presidencial de 1964. O objetivo era evitar a alienação do sul branco às vésperas da eleição. Mas a mais radical das organizações dos direitos civis – *Student Nonviolent Coordinating Committee* - SNCC (Comitê Não-Violento de Coordenação Estudantil) – viu a eleição como uma oportunidade para criticar o veto ao direito de voto dos negros nos estados do sul. O comitê rejeitou o acordo informal e engajou-se em uma forma inovadora de *mobilização eleitoral proativa*: na esperança de registrar eleitores negros antes da eleição, levou ao Mississippi 1000 estudantes universitários do norte, na maioria brancos, no verão de 1964.

Muito rapidamente, no entanto, os brancos sulistas vetaram os registros e deixaram bem claro que isso não seria permitido, o que levou o SNCC a mudar de tática. Se o estado do Mississippi não permitisse aos negros participarem do processo eleitoral regular, o SNCC criaria um sistema paralelo. Eles fundaram o *Mississippi Freedom Democratic Party* - MFDP (Partido Democrático da Liberdade de Mississippi), com “registro livre” para milhares de eleitores negros, e naquele verão reuniram uma delegação do MFDP para ir a Atlantic City desafiar os candidatos do Estado, a delegação branca oficial. Por um tempo, parecia que o desafio teria sucesso; mas, às vésperas da eleição geral em novembro, Johnson repeliu o desafio e ofereceu as vagas à delegação oficial do Mississippi, para evitar o antagonismo da ala sulista do partido. Com isso, Johnson conseguiu protelar o desafio, mas não a raiva e a alienação de eleitores brancos do sul.

Perdido em meio à magnitude da vitória esmagadora de Johnson sobre seu adversário republicano, Barry Goldwater, está o fato de que pela primeira vez na história o sul havia aceitado o odiado Partido de

Lincoln. Além do Arizona, seu estado natal, outros cinco estados favoreceram Goldwater: Mississippi, Alabama, Geórgia, Louisiana e Carolina do Sul – todos no sul. Em uma das grandes ironias da história americana, aquela que é talvez a maior realização da luta pelos direitos civis – a restauração do direito de voto dos negros no sul – preparou o cenário para a ressurreição do Partido Republicano e a remarginalização da questão racial na política dos EUA.

F. 1968: o sul (e os republicanos) renasce

Em narrativas populares dos Estados Unidos sobre a década de 1960, a eleição de 1968 é geralmente representada como um referendo sobre a Guerra do Vietnã. Sem negar a relevância do tema, essa versão não é inteiramente verdadeira. A eleição, e a drástica virada que provocou na política americana, era principalmente sobre a questão racial. O descontentamento branco no sul, quanto a essa questão, vinha crescendo exponencialmente desde 1964, com ondas de eleitores negros recém-registrados inundando o Partido Democrata no sul. Como consequência, os brancos sulistas deixaram o Partido em massa, gravitando em torno das recém-criadas organizações do Partido Republicano. Mas o descontentamento branco quanto à questão dos direitos civis não se limitava ao sul. Preocupados com os tumultos do final da década de 1960, com o espectro do “poder negro”, e imaginando ameaças aos seus bairros, escolas e empregos, os brancos do norte – especialmente os da classe média baixa e operária – também estavam inquietos com relação ao assunto. Concorrendo como republicano em 1968, Richard Nixon tentou explorar esse crescente descontentamento branco com a criação de uma estratégia concebida para aproveitar a segregação racial e a associação dos negros com o Partido Democrata. Estatísticas eleitorais revelam o quanto a estratégia republicana foi bem sucedida. De 1964 a 1968, a participação democrata no voto popular caiu de 61,5 para 42,5%. Entre os eleitores de

Nixon em 1968, 50% haviam votado em Johnson quatro anos antes. Mas ainda mais drástica foi a composição étnica do voto: enquanto os negros mantiveram sua lealdade para com os democratas, com 97% votando em Humphrey, apenas 35% do eleitorado branco votou com os democratas (Converse *et al*, 1969, p. 1084-1085).

As consequências políticas negativas da eleição de 1968 para os afro-americanos não se limitaram aos resultados da política substantiva que se seguiu à ascensão de Nixon à presidência. Pelo menos tão prejudicial quanto foi o efeito que a eleição teve sobre as percepções políticas e estratégias de evolução dos dois principais partidos. Nesse sentido, o sucesso da candidatura independente de George Wallace, em 1968, foi decisivo. A candidatura de Wallace, conforme observado acima, foi um dos exemplos mais relevantes de desafio independente com base em movimento, em toda a história dos EUA. Como governador do estado sulista do Alabama na década de 1960, Wallace havia se tornado o queridinho dos supremacistas brancos quando literalmente bloqueou a entrada da Universidade do Alabama para impedir a admissão de seu primeiro aluno negro, ordenada por uma decisão judicial. A candidatura de Wallace à presidência deve, portanto, ser vista como um exemplo de contramovimento da supremacia branca exercendo a opção eleitoral.

O impacto do desafio independente de Wallace excedeu de longe os 14% do total de votos que ele obteve na eleição. Com os dois grandes partidos dividindo igualmente cerca de 86% do voto popular, os 14% restantes que votaram com Wallace passaram a ser vistos como um equilíbrio de poder em potencial para eleições futuras. Para os republicanos, a vitória apertada de Nixon mostrou que o futuro do partido não estava nos 43% do voto popular que ele conquistou, mas nos 57% que ele dividiu com Wallace. Os estrategistas republicanos acreditavam que esse total representava uma maioria conservadora em potencial, que se fosse bem aproveitada poderia garantir o sucesso do partido nos próximos anos.

Essa previsão mostrou-se extraordinariamente presciente. Com sua vitória retumbante sobre o candidato democrata liberal George McGovern, em 1972, Nixon estava a caminho de consolidar essa coalizão do “centro branco” quando o caso Watergate turvou as águas para os republicanos, em 1976. Somente com a vitória de Ronald Reagan, em 1980, o acordo foi selado, definindo o cenário para mais 28 anos de domínio republicano da presidência, e banindo as forças dos direitos civis da política americana.

G. *Resumo*

Ao longo desta breve narrativa, tentamos destacar as diversas conexões eleição/movimento em evidência nesses seis “momentos” históricos. Pode ser útil, no entanto, fechar esta narrativa com um resumo agregado. Uma lista completa das ligações que discutimos deve incluir:

- ▶ O uso da *opção eleitoral* por movimentos (ou contramovimentos) em 1860, 1948 e 1968. (De fato, o sucesso dos republicanos em 1860 levou à criação não de um, mas de dois *regimes de movimento*: de um lado, a administração Lincoln; e do outro, os Estados Confederados da América.)
- ▶ A *mobilização proativa* por grupos de movimento é uma característica da maioria das eleições presidenciais; mas, no que diz respeito à questão racial, o processo mostrou-se particularmente evidente durante a Revolta *Dixiecrat* (branca), de 1948, e a campanha do Freedom Summer (negros), em 1964.
- ▶ Dois importantes exemplos de *mobilização reativa* estão representados nesses momentos históricos. O primeiro foi o movimento separatista desencadeado pela eleição de Lincoln em 1860. O outro foi quando os brancos sulistas rejeitaram o Partido Democrata em reação ao desafio do MFDP na convenção de 1964.
- ▶ O impacto a longo prazo das mudanças em *regimes eleitorais* também se mostra evidente nesses casos. Assim como o domínio dos libe-

rais democratas, entre 1932 e 1968, preparou o cenário para o surgimento e o sucesso do movimento moderno dos direitos civis, o colapso da coalizão na qual essa dominação estava baseada inaugurou um período de conservadorismo que incentivou uma desmobilização gradual na esquerda, e o aumento do ativismo na direita.

Finalmente, a história aqui revisitada inclui diversos exemplos de *polarização partidária* influenciada por movimento. Mas nenhum desses casos teve consequências mais duradouras do que o ocorrido na Convenção Nacional do Partido Democrata de 1964, em Atlantic City. O desafio do *Mississippi Freedom Democratic Party* pelas vagas na delegação do Mississippi, então composta por brancos, chegou às manchetes e agitou a convenção naquele verão. No final, como já mencionamos, o candidato democrata Lyndon Johnson foi capaz de repelir o desafio e derrotar o adversário republicano na eleição de novembro. Mas a memória de Atlantic City permaneceu, assim como as divisões no partido, abertas pelo desafio na convenção. Essas divisões ficaram evidentes quatro anos mais tarde, quando praticamente todo o sul branco abandonou o candidato democrata Hubert Humphrey, ou por Richard Nixon, ou pelo candidato independente George Wallace. O domínio democrata na presidência – e de acesso e oportunidades proporcionadas aos direitos civis – estava no fim.

Conclusões

Através do uso de um único segmento de atividade de movimento – o conflito racial – em um só país – os Estados Unidos – apresentamos uma variedade de situações em que movimentos sociais e eleições interagem entre si. Seria necessário um livro inteiro – talvez uma biblioteca inteira – para listar as mesmas conexões para outros movimentos nos EUA ou no globo. Nossos objetivos eram mais modestos. Primeiro, tentamos

expor a persistente divisão disciplinar que, nos Estados Unidos, relega o estudo dos movimentos à sociologia e o das eleições à ciência política. A seguir, procuramos demonstrar que uma profunda compreensão do conflito racial nos EUA depende de uma perspectiva mais agregada, capaz de enfatizar a relação de reciprocidade entre os movimentos e as eleições.

Fazer uso de um único caso para ilustrar uma estrutura conceitual, por mais que se explore esse caso, levanta o problema “N-de-1”. Esse único caso é representativo de uma população mais ampla na qual a estrutura poderia ser aplicada? E será que podemos ver esse mesmo tipo de conexão fixa, recíproca, entre movimentos, partidos e eleições (a) ao longo da história dos Estados Unidos, e (b) em outros sistemas políticos, principalmente entre os países da Europa contemporânea? Uma resposta completa para essas perguntas está, obviamente, muito além do escopo deste trabalho. Ainda assim, com o intuito de estimular a discussão, concluímos com algumas breves reflexões sobre as duas questões.

1. *A vinculação de movimentos e eleições nos Estados Unidos*: Podemos perceber, pelo menos, que os movimentos, partidos e eleições estão mais vinculados nos Estados Unidos hoje do que estavam durante os períodos abordados na maior parte deste trabalho. Nas décadas de meados do século 20, os dois principais partidos americanos eram organizações consideráveis que funcionavam como veículos através dos quais os indivíduos eram socializados na política americana. Grandes segmentos do público eleitor identificavam-se com esses dois partidos e havia uma forte aliança com seus candidatos e plataformas. Internamente, os partidos eram ideologicamente heterogêneos e seus vínculos com os eleitores e grupos de interesse eram frouxos e sujeitos a mudanças, mas contavam com organizações locais e estaduais fortes para selecionar candidatos e conquistar votos.

Mas esses fatores sofreram profundas alterações. Primeiro, a proporção do público americano que ainda hoje se identifica com um ou outro partido caiu drasticamente. Segundo, os partidos perderam os vínculos

locais com a base que conquistaram durante o seu período clássico. Isto geralmente tem sido visto como gerador de apatia e privatização; mas, enquanto os partidos se atrofiaram, os movimentos e outros grupos de interesse se multiplicaram. Poderíamos até afirmar que os movimentos hoje são a maior força de socialização política nos EUA. Ou seja, a maioria dos americanos politicamente envolvidos tende a optar por uma concepção ideológica polarizada, em detrimento da política eleitoral centrista tão característica de períodos anteriores. Podemos perceber claramente, na vitória eleitoral de Obama, em 2008, e no atual movimento “Tea Party”, as marcas da perspectiva acima esboçada.

2. *A desvinculação de movimentos e eleições na Europa*: O que acontece quando tentamos aplicar nossa perspectiva geral em outro contexto? Como aplicá-la na política europeia atual, por exemplo? Nossa resposta provisória é que ela é aplicável. Porque, se os partidos políticos enfraqueceram, tanto nos Estados Unidos quanto na maioria dos países europeus, isso aconteceu por diferentes razões e com efeitos muito diferentes. Nos EUA, o desenvolvimento de uma política de movimento, ativa e engajada, a partir da década de 1960, minou o apelo dos partidos pragmáticos, tradicionalmente centristas, fortalecendo aqueles e enfraquecendo estes. Grupos de movimentos têm procurado explorar a desilusão popular com os partidos, assumindo muitas funções políticas antes reservadas aos partidos: designar candidatos para cargos, orquestrar campanhas eleitorais, indicar a remoção de titulares de cargos, etc. O atual movimento “Tea Party” nada mais é do que a mais recente manifestação dessa dinâmica.

A situação na Europa parece ser muito diferente. Os partidos tradicionais têm enfraquecido, não tanto em função do apoio popular aos movimentos, mas por causa de mudanças nos modelos organizacionais e tendências institucionais dos partidos com relação à formulação de políticas, na esfera nacional e da União Europeia. Quanto ao primeiro conjunto de mudanças, o estudo de Peter Mair sobre a mudança no sistema par-

tidário é um trabalho muito melhor do que poderíamos fazer delineando os contornos de um sistema partidário que deixou para trás os partidos de massa do período entre-guerras e os *catch-all parties* das décadas de 1950 e 1960 (1997). Mair mostra que os partidos europeus hoje são mais bem compreendidos como quadros de políticos profissionais, frouxamente ligados a uma “base” ambígua e inconstante. Em estudo recente com Petr Kopecký, Mair investiga até que ponto os partidos europeus estão envolvidos em práticas de clientelismo mais ou menos sistemáticas.⁵ Isso nos soa muito parecido com o sistema partidário americano tradicional, o qual, sob nosso ponto de vista, está em declínio nos Estados Unidos.

Com certeza, a profissionalização e a desvinculação dos partidos da sua base tradicional provocaram reações: da parte da esquerda, um movimento extraparlamentar de “justiça global” surgiu como uma crítica implícita aos antigos partidos de centro-esquerda (della Porta, 2005); da direita, surgiram movimentos populistas em toda a Europa (Meny e Surel, eds. 2002). Percebemos essas tendências como parte daquilo que já havíamos chamado de processo de “mobilização reativa”. Esse processo pode ser vinculado não só à profissionalização dos partidos tradicionais, mas também à evolução da Comunidade Europeia e às mudanças na política administrativa em âmbito nacional. Isso ocasionou a transferência de decisões sobre algumas questões políticas para Bruxelas e Luxemburgo, e o isolamento de áreas políticas importantes da competição partidária.

Intelectuais europeus têm observado um “deslocamento lateral” (Banaszak, Beckwith e Rucht, 2003) do poder de decisão política para uma série de comissões independentes e novas formas de legislação (Hayward e Menon, 2003; Kriesi et al, 2008). Combinadas, essas tendências causaram o “esvaziamento” da esfera política interna e a redução da influência

5 Para um resumo dessa pesquisa recente, ver <<http://www.eui.eu/DepartmentsAndCentres/PoliticalAndSocialSciences/People/Professors/Profiles/PeterMair.aspx>>.

e da relevância dos partidos nacionais, sindicatos e outros atores políticos tradicionais, abrindo espaço para os movimentos não-partidários e semi-partidários nos extremos. Se essas tendências são diferentes daquelas que os nossos leitores têm observado, a discussão deve continuar!

Social movements and elections: toward a broader understanding of the political context of contention

Abstract

Why do two cognate literatures - social movements and electoral studies - travel along parallel paths with little conversation between them? And what can be done to connect them in the future? Drawing on their work with the late Charles Tilly on *Dynamics of Contention* (2001), Doug McAdam and Sidney Tarrow examine the reciprocal links between movements and elections, propose a mechanism-based set of linkages between elections and social movements, and apply their approach in a preliminary examination of the relations between elections, movements and the politics of racial contention in the United States.

Keywords: Social movements. Contentious politics. Electoral studies.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Why did the West extend the franchise? Democracy, inequality, and growth in historical perspective. **Quarterly Journal of Economics**, 115, p. 1167-1199, 2000.
- ANGLIN, Robert A. **A Sociological Analysis of a Pressure Group**. Ph.D. dissertation. Department of Sociology. University of Indiana, 1949.
- BANASZAK, Lee Ann; BECKWITH, Karen; RUCHT, Dieter. **Women's Movements Facing the Reconfigured State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BEISSINGER, Mark R. **Nationalist Mobilization and the Collapse of the Soviet State**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2002.
- BEISSINGER, Mark R. **Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions**. Unpublished paper, 2007.

BINDER, Amy. **Contentious Curricula**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BLEE, Kathleen M.; CURRIER, Ashley. How Local Social Movement Groups Handle a Presidential Election. **Qualitative Sociology**, 29, p. 261-280, 2006.

BUNCE, Valerie; WOLCHIK, Sharon. Diffusion and Postcommunist Electoral Revolutions. **Communist and Postcommunist Studies**, 39, p. 283-304, 2006.

BUNCE, Valerie; WOLCHIK, Sharon. Transnational Networks, Diffusion Dynamics, and Electoral Change in the Postcommunist World. Chapter 8. In: GIVENS, R., ROBERTS, K.; SOULE, S. (eds.). **The Diffusion of Social Movements**. New York: Cambridge University Press, 2010.

BUNCE, Valerie; WOLCHIK, Sharon. **Defeating Authoritarian Leaders in Mixed Regimes: Electoral Struggles, U.S. Democracy Assistance, and International Diffusion In Post-Communist Europe and Eurasia**. New York: Cambridge University Press, 2011.

BOUDREAU, Vincent. State Repression and Democracy Protest in Three Southeast Asian Countries. In: MEYER, David; WHITTIER, Nancy; ROBNETT, Belinda (eds.), **Social Movements: Identity, Culture and the State**. New York: Oxford University Press, 2002. p. 28-46.

BURNHAM, Walter Dean. **Critical Elections and the Mainsprings of American Politics**. New York: Norton, 1970.

CAIN, Bruce; DALTON, Russell J.; SCARROW, Susan (eds.). **Democracy Transformed? Expanding Political Opportunities in Advanced Industrial Democracies**. New York and Oxford: Oxford University Press, 2000.

CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; RUSK, Jerrold G.; WOLFE, Arthur C. Continuity and Change in American Politics: Parties and Issues in the 1968 Election. **American Political Science Review**, 63, p. 1083-1105, 1969.

DAHL, Robert A. **Pluralist Democracy in the United States**. Chicago: Rand McNally, 1967.

DALTON, Russell J. **Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies**. 4th ed. Washington DC: C.Q. Press, 2005.

DALTON, Russell J. Comparative Politics: Micro-Behavioral Perspectives. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998. Chapter 13.

DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements, Political Violence and the State: A Comparative Analysis of Italy and Germany**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 18-51

DELLA PORTA, Donatella. Making the Polis: Social Forums and Democracy in the Global Justice Movement. **Mobilization**, 10, p. 73-94, 2005.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Row, 1957.

DUDZIAK, Mary L. **Cold War Civil Rights**. Princeton University Press, 2000.

GAMSON, William A. **The Strategy of Social Protest**. 2nd edition. Belmont, CA: Wadsworth Publishing Company, 1990.

GLENN, John K., III. **Framing Democracy: Civil Society and Civic Movements in Eastern Europe**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

HAYWARD, Jack; MENON, Anand (eds.). **Governing Europe**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2003.

HEANEY, Michael; ROJAS, Fabio. Partisans, Nonpartisans and the Antiwar Movement in the United States. **American Politics Research**, 35, p. 431-64, 2007.

IMIG, Douglas. American Social Movements and Presidential Administrations. In: COSTAIN, Ann; McFARLAND, Andrew (eds.). **Social Movements and American Political Institutions**. Lanham: MD: Rowman and Littlefield, 1998. p. 159-170

KITSCHELT, Herbert. Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies. **British Journal of Political Science**, 18, p. 57-85, 1986.

KLINKNER, Philip A.; SMITH, Rogers M. **The Unsteady March: The Rise and Decline of Racial Equality in the United States**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1999.

KRIESI, Hanspeter. Political Context and Opportunity. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (eds.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004. p. 67-90.

KRIESI, Hanspeter et al. **The Politics of New Social Movements in Western Europe**. Minneapolis and St. Paul: University of Minnesota Press, 1994.

KRIESI, Hanspeter et al. **West European Politics in the Age of Globalization**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2008.

LAYTON, Azza Salama. **International Politics and Civil Rights Policies in the United States, 1941-1960**. Cambridge University Press, 2001.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **The Breakdown of Democratic Regimes**. Baltimore: John's Hopkins University Press, 1978.

LIPSKY, Michael. Protest as a Resource. **American Political Science Review**, 62, p. 1144-58, 1968.

MAIR, Peter. **Party System Change: Approaches and interpretations**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997.

McADAM, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970**. Chicago: University of Chicago Press 1999 [1982].

McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Ballots and Barricades: On the Reciprocal Relations between Elections and Social Movements. **Perspectives on Politics**, 8, p. 529-42, 2010.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2001.

MENY, Yves; SUREL, Yves (eds). **Democracies and the Populist Challenge**. London: Palgrave-MacMillan, 2002.

PÉREZ DÍAZ, Victor. **The Return of Civil Society: The Emergence of Democratic Spain**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard. **Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail**. New York: Vintage, 1977.

SHE SOL, Jeff. **Supreme Power: Franklin Roosevelt vs. the Supreme Court**. New York: W.W. Norton & Company, 2009.

SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (eds.) **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.

TARROW, Sidney. **Struggling to Reform: Social Movements and Policy Change**. Western Societies Paper no. 15. Cornell University, Ithaca N.Y, 1983.

TILLY, Charles. **The Vendée**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1964.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

TILLY, Charles. **The Contentious French**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

TILLY, Charles. **Contentious Performances**. New York: Cambridge University Press, 2008.

VAN DYKE, Nella. Protest Cycles and Party Politics: The Effects of Elite Allies and Antagonists on Student Protest in the United States, 1930-1990. In: GOLDSTONE, Jack (ed.). **States, Parties and Movements**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2003. p. 226-245.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 18-51

WOEHRLE, Lynne M.; COY, Patrick G.; MANEY, Gregory M.. **Contesting Patriotism: Culture, Power, and Strategy in the Peace Movement**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.

WREN, Anne; McELWAIN, Kenneth M.. Voters and Parties. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan (eds.). **Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2008. p. 555-81.

ZUCKERMAN, Alan S.; DASOVIĆ, Josip; FITZGERALD, Jennifer. **Partisan Families: The Social Logic of Bounded Partisanship in Germany and Britain**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2007.

Recebido em: 20/06/2011

Aceite final: 18/07/2011